



Nota de Abertura

Alguns temas deste ano letivo

O sistema educativo português tem uma história de sucesso notável, internacionalmente reconhecida. Os níveis de qualificação dos portugueses aumentam de forma exponencial, o que se manifesta, de forma clara, na percentagem de adultos entre os 30 e os 34 anos com o ensino superior completo: 43% em 2022, o que contrasta com 9,8% em 1998. Uma alteração de perfil de qualificações em apenas 24 anos.

Em educação nunca há resultados imediatos. Os investimentos são de longo prazo, o que impõe a paciência e a determinação na continuidade de apostas que se fazem de transformação, sem nunca descuidar a monitorização e avaliação intercalar dos resultados para emendar caminhos que se afiguram menos bem sucedidos.

Este ano letivo, que agora se inicia, comporta desafios muito específicos que decorrem da avaliação das reformas em curso e de um olhar sobre alterações rápidas que acontecem nas escolas portuguesas. Destes desafios, destaco três: os alunos migrantes; o conhecimento cada vez mais pormenorizado dos efeitos da pandemia nas aprendizagens; a organização do ensino secundário. Em cada um destes temas, há conhecimento produzido nas escolas a partilhar, há dúvidas e necessidade de aprofundamento da investigação académica, há reflexão a suscitar, há caminhos e debate a fazer antes de agir.

Portugal foi, durante décadas, um país de emigração. Esta realidade alterou-se e somos hoje um país que acolhe cada vez mais imigrantes. A excecionalidade da multiculturalidade e do multilinguismo nas escolas tornou-se regra. Em quase todas as escolas do país há hoje mais de uma dezena de línguas maternas, dezenas de nacionalidades. Este é um desafio enorme para todos. Como integrar bem? Como garantir uma rápida entrada no currículo nacional? Qual o momento certo? Como melhorar e acelerar a aprendizagem de português?

O despacho n.º 2044/2022, de 16 de fevereiro, foi o primeiro passo de reconhecimento de que a mera substituição da disciplina de Português por Português Língua Não Materna não se revela eficaz, porque parte do princípio que a competência e proficiência linguística que não existe naquela disciplina aparece, por milagre, no resto do currículo. Torna-se, pois, necessário flexibilizar as formas de organização, prevendo-se, entre outras soluções, momentos de imersão intensiva em aulas de língua, com uma transição mais gradual para o currículo. A operacionalização mais efetiva desta nova legislação, a previsão de novas formas de apoio aos alunos, a partilha de boas práticas e a formação específica serão alguns dos focos de atenção durante este ano letivo.

Os dados que temos vindo a recolher, de forma sistemática, a nível nacional e que complementam os dados decorrentes da avaliação contínua dos professores permitem que hoje, ao contrário do que acontecia em 2021, tenhamos um olhar mais claro sobre as áreas e coortes de alunos mais impactados pela perda de aprendizagens durante a pandemia. Registam-se dificuldades acrescidas na matemática, bem como nas competências de nível mais elevado na leitura. Revelam-se também mais prejudicados os alunos que este ano começam o terceiro ciclo e o ensino secundário, o que corresponde aos que estiveram em confinamento no final do primeiro ciclo e durante o terceiro ciclo. Esta maior precisão nos dados permite que haja um direcionamento mais claro na organização das medidas de recuperação das aprendizagens. Para apoio aos professores, as equipas da Direção-Geral da Educação, do Programa Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar e do Plano Nacional de Leitura divulgam um conjunto de recursos didáticos e de instrumentos de trabalho para a recuperação das aprendizagens nestes domínios.

Pretendemos, ainda, que em 2023-2024, se inicie um debate sereno sobre a organização do ensino secundário científico-humanístico. A estrutura que temos é a de há várias décadas com uma organização em quatro áreas, que não estão hoje tão compartimentadas e estanques como já estiveram no passado. A introdução da possibilidade de construção de percursos formativos próprios, em 2018, veio já permitir que os alunos permutem disciplinas entre cursos. Esta opção dá resposta à constatação de que há múltiplas áreas do saber em que a interdisciplinaridade é fundamental. Como estudar hoje fenómenos como as alterações climáticas sem convocar, em simultâneo, as ciências, a economia, a filosofia, entre outras. Alguns dos mais conceituados programas internacionais já esbateram estas fronteiras. Queremos promover um debate que envolva professores, especialistas, alunos.

Estes e muitos outros desafios que enfrentamos são comuns a outros países, o que torna este um debate simultaneamente local e global.

Que este seja um ano de ponderação e reflexão, para que o sistema educativo português continue a ser uma referência internacional e, sobretudo, para que sirva cada vez melhor todos os alunos.

João Costa, Ministro da Educação